

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lólio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 129.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 8 de Agosto de 1973 — (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Iris Caldart.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann — Hélio Manfrinato — Emílio Carazzai e João Fadel. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 145-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 138-71, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo criar, na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um Curso Científico, para funcionar em 1972. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 9, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 130-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 130.ª Sessão Ordinária Realizada em 8 de Agosto de 1973 — (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Iris Caldart.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann — Hélio Manfrinato — Emílio Carazzai e João Fadel. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 67-73:

Curitiba, 2 de agosto de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, que visa a uniformizar e consolidar a legislação esparsa, já existente, que reconhece a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede e foro nesta Capital, como de utilidade pública, além de conferir-lhe a condição de consignatária, para efeito de descontos em folhas de pagamento, e assegurar-lhe todos os privilégios e regalias como órgão de representação individual ou coletiva dos seus associados, nos termos de que dispõe a Lei Federal n.º 1.134, de 15 de junho de 1950.

2. Certamente não é desconhecido dos nobres Deputados Estaduais os altos e relevantes serviços que a A.S.P.P., fundada há mais de quarenta anos, tem prestado à nobre classe do funcionalismo público, não só do Estado, mas, por igual, dos Municípios, notadamente o da Capital, e da pró-

pria União, já que seu quadro associativo, hoje com perto de trinta e três mil filiados, abriga Servidores das três esferas do Poder Público.

3. Já o Decreto Federal n.º 4.542, de 19 de agosto de 1939, reconheceu a Associação dos Servidores Públicos do Paraná como de utilidade pública, o mesmo fazendo o Decreto Estadual n.º 19.375, de 28 de agosto de 1965, o qual, ainda, lhe conferiu a condição de pessoa consignatária, para efeito de descontos em folha de pagamento, a exemplo do que já fora assegurado pelo Art. 4.º, do Decreto Estadual n.º 1.881, de 16 de agosto de 1934, no Governo do Soudoso Sr. Manoel Ribas.

4. A benevolência e a expressão como entidades associativa da A.S.P.P. já foram consagradas na legislação estadual, quando a considerou, pelo Art. 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), como órgão oficial de representação da classe.

Resta agora a legislação complementar, que submetemos à alta consideração da Assembléia Legislativa, para que a Associação dos Servidores Públicos do Paraná fique amparada em definitivo, por diplomas legais que a habilitem a continuar cumprindo e desenvolvendo, como até aqui, um amplo programa de assistência aos seus milhares de filiados.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede e foro na Capital do Estado, na qualidade de órgão oficial de representação de classe, conforme dispõe o Art. 342, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, é considerada de utilidade pública, e se lhe asseguram todos os direitos e prerrogativas mencionados na Lei Federal n.º 1.134, de 15 de junho de 1950.

Art. 2.º — Fica a mesma entidade reconhecida como pessoa consignatária, junto aos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Polícia Militar e empresas de natureza estatal para efeito de descontos em folha de vencimentos e salários, de funcionários ou empregados de qualquer regime jurídico, ativo, inativos ou em disponibilidade, que se refiram a mensalidades sociais, seguros de vida ou operações resultantes de assistência financeira, social, médico-hospitalar e outras, inclusive fiança de alugueres.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 69/73

Curitiba, 3 de agosto de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei objetivando elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, ainda, os do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

O anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, objetiva, ainda, a majoração dos vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal.

As tabelas de remuneração ora submetidas a essa Assembléia Legislativa Estadual, resultam de criteriosos estudos realizados pelos órgãos competentes da Administração, cujas conclusões necessariamente tomaram por base os seguintes fatores fundamentais:

I — a atual conjuntura financeira do Estado, observadas a taxa de crescimento da receita e a previsão de arrecadação para os próximos meses;

II — As determinações emanadas da Carta Magna da Nação e da legislação federal aplicáveis à espécie;

III — a determinação de manter a despesa global com pessoal, em bases que ofereçam o necessário equilíbrio, conforme preceituam os artigos 64 da Constituição Federal e 34 da Constituição do Estado; e

IV — a política salarial adotada pela União com relação ao funcionalismo federal, acompanhando de perto as bases percentuais das majorações concedidas por períodos específicos.

Para atendimento às despesas decorrentes da majoração proposta, o Plano de Lei em questão contém disposição expressa autorizando a abertura dos créditos suplementares que se fizerem necessários, até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur — Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas dos quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e os dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam, a partir de 1.º de outubro de 1973, fixados na forma das tabelas constantes dos Anexos I a IV, que fazem parte integrante da presente lei.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são fixados a partir de 1.º de outubro de 1973, nos valores estabelecidos nas tabelas contidas no Anexo V, desta lei.

Art. 3.º — O salário família fica fixado em Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) por dependente.

Art. 4.º — Os efeitos desta lei são extensivos ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 5.º — Os vencimentos decorrentes desta lei, não incidirão nem servirão de base ao cálculo das vantagens instituídas pela lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971 e pelo art. 3.º, da lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, vantagens essas que ficam com seus atuais valores acrescidos de 15% (quinze por cento).

Art. 6.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares.

res até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a execução da presente lei.

Art. 7.o — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO "I"
VENCIMENTOS DOS FUNCIONARIOS DO PODER
EXECUTIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	Cr\$
1	318,00
2	318,00
3	318,00
4	318,00
5	318,00
6	318,00
7	322,00
8	329,00
9	342,00
10	355,00
11	378,00
12	401,00
13	443,00
14	489,00
15	532,00
16	578,00
17	666,00
18	755,00
19	842,00
20	932,00
21	1.021,00
22	1.109,00
23	1.198,00
24	1.286,00
25	1.374,00
26	1.463,00
27	1.552,00
28	1.640,00
29	1.729,00
30	1.831,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	Cr\$
1—C	2.277,00
2—C	2.096,00
3—C	1.928,00
4—C	1.774,00
5—C	1.632,00
6—C	1.501,00
7—C	1.382,00
8—C	1.271,00
9—C	1.170,00
10—C	1.076,00
11—C	991,00
12—C	911,00
13—C	838,00
14—C	771,00
15—C	710,60

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	Cr\$
1—F	304,00
2—F	259,00
3—F	228,00
4—F	183,00
5—F	168,00
6—F	137,00
7—F	107,00
8—F	92,00
9—F	76,00
10—F	61,00

TABELA D — INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Soldo do Posto de Coronel da P.M.E.
(Artigos 107 e 118, da Lei n.o 6.417, de
3-7-73) ... Cr\$ 2.360,00

ANEXO "II"
VENCIMENTOS DOS FUNCIONARIOS DO
PODER LEGISLATIVO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	Cr\$
1	312,00
2	316,00
3	329,00
4	342,00
5	355,00
6	368,00
7	381,00
8	395,00
9	408,00
10	420,00
11	460,00
12	500,00
13	551,00
14	604,00
15	684,00
16	762,00

17	854,00
18	946,00
19	1.037,00
20	1.129,00
21	1.221,00
22	1.313,00
23	1.405,00
24	1.497,00
25	1.587,00
26	1.679,00
27	1.771,00
28	1.863,00
29	1.955,00
30	2.047,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	Cr\$
1—C	2.277,00
2—C	2.096,00
3—C	1.928,00
4—C	1.774,00
5—C	1.632,00
6—C	1.501,00
7—C	1.382,00
8—C	1.271,00
9—C	1.170,00
10—C	1.076,00
11—C	991,00
12—C	911,00
13—C	838,00
14—C	771,00
15—C	710,60

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	Cr\$
1—F	304,00
2—F	259,00
3—F	228,00
4—F	183,00
5—F	168,00
6—F	137,00
7—F	107,00
8—F	92,00
9—F	76,00
10—F	61,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

Cargo	Cr\$
Diretor Adjunto	3.594,00
Assistente Técnico	3.594,00
Médico	3.163,00
Secretário de Comissão	3.163,00

ANEXO "III"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONARIOS DO
PODER JUDICIÁRIO

TABELA A — CARGOS EFETIVOS

Nível	Cr\$
1	318,00
2	318,00
3	329,00
4	342,00
5	355,00
6	368,00
7	381,00
8	395,00
9	408,00
10	420,00
11	460,00
12	500,00
13	551,00
14	604,00
15	684,00
16	762,00
17	854,00
18	946,00
19	1.037,00
20	1.129,00
21	1.221,00
22	1.313,00
23	1.405,00
24	1.497,00
25	1.587,00
26	1.679,00
27	1.771,00
28	1.863,00
29	1.955,00
30	2.047,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	Cr\$
1—C	2.277,00
2—C	2.096,00
3—C	1.928,00
4—C	1.774,00
5—C	1.632,00
6—C	1.501,00

7-C	1.382,00
8-C	1.271,00
9-C	1.170,00
10-C	1.076,00
11-C	991,00
12-C	911,00
13-C	838,00
14-C	771,00
15-C	713,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	Cr\$
1-F	304,00
2-F	259,00
3-F	228,00
4-F	183,00
5-F	168,00
6-F	137,00
7-F	107,00
8-F	92,00
9-F	76,00
10-F	61,00

TABELA D — CARGOS DO QUADRO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargo	Cr\$
Assistente	3.411,00
Assessor Jurídico	3.411,00
Diretor Auxiliar	3.411,00
Diretor Sec. a C.G.J.	3.411,00
Assessor de Recursos	3.411,00
Assessor Adm. Imóveis	3.411,00
Secretário da Assessoria de Imóveis	1.837,00

ANEXO "IV"

VENCIMENTOS DOS FUNCIONARIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS

Nível	Cr\$
1	312,00
2	314,00
3	329,00
4	342,00
5	355,00
6	368,00
7	381,00
8	395,00
9	408,00
10	420,00
11	460,00
12	500,00
13	551,00
14	604,00
15	684,00
16	762,00
17	854,00
18	946,00
19	1.037,00
20	1.129,00
21	1.221,00
22	1.313,00
23	1.405,00
24	1.497,00
25	1.587,00
26	1.679,00
27	1.771,00
28	1.863,00
29	1.955,00
30	2.047,00

TABELA B — CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	Cr\$
1-C	2.277,00
2-C	2.096,00
3-C	1.928,00
4-C	1.774,00
5-C	1.632,00
6-C	1.501,00
7-C	1.382,00
8-C	1.271,00
9-C	1.170,00
10-C	1.076,00
11-C	991,00
12-C	911,00
13-C	838,00
14-C	771,00
15-C	716,00

TABELA C — FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	Cr\$
1-F	304,00
2-F	259,00
3-F	228,00
4-F	183,00
5-F	168,00
6-F	137,00
7-F	107,00
8-F	92,00
9-F	76,00
10-F	61,00

TABELA D — CARGOS DA PARTE SUPLEMENTAR

Cargo	Cr\$
Secretário Geral	2.733,00
Diretor	2.619,00
Assessor Técnico	2.391,00
Assistente Técnico da Presidência	2.391,00
Tesoureiro	2.391,00
Auxiliar de Tesoureiro	1.199,00
Secretário do Presidente	1.199,00
Delegado	1.199,00
Bibliotecário	1.199,00
Motorista	1.199,00

ANEXO "V"

VENCIMENTOS DOS MEMBROS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DOS CONSELHEIROS E AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E DO PROCURADOR GERAL E PROCURADORES DO ESTADO JUNTO AO MESMO TRIBUNAL

TABELA A — MAGISTRATURA

	Cr\$
Desembargador	6.728,00
Juiz do Tribunal de Alçada	6.392,00
Juiz de Entrância Final	5.980,00
Juiz de Entrância Intermediária	5.382,00
Juiz de Entrância Inicial	Cr\$4.844,00
Juiz Substituto	4.360,00

TABELA B — MINISTÉRIO PÚBLICO

	Cr\$
Procurador Geral da Justiça	6.728,00
Procurador da Justiça	5.980,00
Promotor de Justiça de Entrância Final	5.382,00
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária	4.844,00
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	4.360,00
Promotor Substituto	3.428,00

TABELA C — TRIBUNAL DE CONTAS

	Cr\$
Conselheiro	6.728,00
Auditor	5.807,00
Procurador Geral	6.392,00
Procurador	5.807,00

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.os 167, 169, 170, 171 e 172-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os projetos de lei n.os:

46-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.o 32-72, que eleva para o equivalente 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões de que tratam as Leis n.os 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano. — A C.C.J.

12-71 Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que visa criar na cidade de São Jerônimo da Serra, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

166-71: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que visa criar na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio de grau Ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

146-71: Do Senhor Deputado Domicílio Scaramella, que visa criar no bairro Rio da Areia, da sede do Município de União da Vitória, um Ginásio Estadual, para funcionar no Grupo Escolar Astolfo Macedo de Souza, a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

204-70: Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Assaí, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Ciências Econômicas. — A C.C.J.

Sob o n.o 778-73, do Senhor Deputado João Mansur, Presidente desta Assembleia, convocando o Senhor Deputado Osvaldo Santos Lima, para exercer o cargo de Presidente desta Casa, em virtude do mesmo ter assumido a Governança do Estado em substituição ao Senhor Governador Pedro Viriato Farigot de Souza. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.o 30, do Senhor Deputado José de Assis, Presidente da Comissão de Integração Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, comunicando que foi aprovado Projeto de Resolução de sua autoria, criando a Comissão de Integração Parlamentar — COINPAR — que tem por objetivo organizar intercâmbio com outras Casas Legislativas do País. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Ossian França, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, comunicando que assumiu a Presidência daquele Tribunal, durante as férias do titular efetivo. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.o 66-73, do Senhor Aparício Bernardo Calderaro, Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu, comunicando da homenagem prestada a Alberto Santos Dumont, conforme determinação desta Casa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.o 171-73, do Senhor Tercílio Barbieri, Presidente da Câmara Municipal de Barracão, encaminhando a esta Casa, cópia da certidão da Ata da Sessão Solene realizada em homenagem a Alberto Santos Dumont. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após a anuência do douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência para a tramitação e votação da Mensagem Governamental que concede aumento de vencimento ao funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que sejam encaminhadas ao Senhor Antônio Galera, Prefeito Municipal de Mandaguari, as expressões de contentamento desta Casa, pelo reconhecimento oficial do Ministério da Educação e Cultura, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras daquele Município.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que sejam encaminhadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro Jarbas Passarinho, da Educação, as expressões de contentamento e júbilo desta Casa, pelo reconhecimento oficial daquele Ministério, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari, que congrega mais de 1.200 alunos, oriundos de todos quadrantes do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — O sucesso absoluto das apresentações da Peça Teatral "Cidade Sem Portas", cuja estreia ocorreu dia 9 de novembro de 1972, no Teatro Paiol nesta Cidade e que até agora já atingiu o expressivo número de mais de 100 espetáculos, naquele local, bem como em diversos bairros de Curitiba;

2 — que a peça retrata com fidelidade os mais destacados aspectos da Capital do Estado do Paraná representando uma pesquisa de mais de 8 meses de intenso trabalho;

3 — a sua originalidade, conseguindo transmitir de forma suave e objetiva fatos importantes de Curitiba permitindo sua fácil identificação aos habitantes da Capital e do mesmo tempo recebendo os aplausos de espectadores de outras cidades e outros Estados;

4 — a necessidade e a obrigação deste Poder Legislativo em incentivar as autênticas manifestações artísticas de nosso povo como forma de contribuição ao desenvolvimento cultural do Paraná.

Requeiro a Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata da Sessão de hoje Voto de Regozio aos Srs.:

a) — Aberbal Fortes de Sá Júnior, Paulo Vitola e Sale Wolokita, respectivamente autores do texto, música e direção da Peça Cidade Sem Portas;

b) — aos integrantes do elenco Lais Mann, Sérgio Busnardo, José Roberto Oliva, Elizabeth Di Stefani, Alberer Amus, Lúcio Weber, Joel de Oliveira, Idelson Santos, Eló Chiminasso e João Chiminasso;

c) — aos componentes do conjunto Opus 4.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa aos homenageados e ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, sugerindo a S. Exa. que se digne determinar os estudos necessários no sentido de, mediante entendimento com os componentes da peça, promover sua apresentação nos principais estabelecimentos oficiais de ensino do Estado, como forma de difundir e promover a arte e cultura.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após aprovação do Plenário, seja enviado ao Exmo Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que aquela autoridade providencie, com a máxima urgência, reforma geral no prédio onde funciona o Grupo Escolar do Distrito de Dorizon — Município de Mallet.

Construído durante o Governo do saudoso Interventor Manoel Ribas, encontra-se, presentemente, suas instalações em precaríssimas condições, pois que, desde aquela época está o referido prédio sem receber qualquer reparo.

Um pronto atendimento, por parte da Secretaria evitaria dissabores futuros, não permitindo, consequentemente, uma solução de continuidade naquele estabelecimento escolar.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1973.

(a) Domicílio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares requer, na forma regimental após a aprovação deste, o seguinte:

1.º — Seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente Nacional da ARENA, solicitando urgência para os trabalhos que estão sendo elaborados pela ARENA, visando emenda à Carta Magna, com objetivo de estabelecer subsídios aos Vereadores nos Municípios com menos de 200 mil eleitores.

2.º — Que se oficie também ao Excelentíssimo Senhor Alfredo Busaid, Ministro da Justiça reiterando apelo no mesmo sentido.

3.º — Finalmente, que se de ciência ao Excelentíssimo Senhor Senador Accioly Filho, presidente da ARENA Paranaense, do interesse desta Casa na aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, Requer, após a anuência do soberano e douto Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem solicitando que o mesmo determine a elaboração de estudos visando o

asfaltamento das estradas que ligam os distritos de Londrina à Rodovia recém inaugurada Celso Garcia Cid.

Tratam-se de trechos relativamente pequenos, que, em sua totalidade, não seriam superiores a 20 quilômetros, mas de grande importância para o comércio e para a população, além de trazer grande contribuição para o escoamento da safra agrícola.

Com o atendimento à reivindicação, seriam beneficiados diretamente com a importante obra, os Distritos de Tamarana, Paiquiré, Lerro Ville, Guaraçara, São Luiz e Warta, cuja população, bastante satisfeita com a recente inauguração da rodovia Celso Garcia Cid (Mauá) espera agora o atendimento por parte do D.E.R. de mais esta justa reivindicação.

Aliás, para a execução dessa obra, o D.E.R. poderia, inclusive, efetuar um convênio com a Prefeitura de Londrina, cujo titular não se furtará a tão justificada colaboração.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais Requer, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçado ao Exmo Sr. Governador do Estado o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- 1) Qual a arrecadação anual da Loteria do Estado do Paraná?
- 2) Qual o lucro líquido obtido pela mesma Loteria em igual período?
- 3) Quanto percebem de vencimentos e outras vantagens seus diretores?
- 4) Quais as entidades beneficiadas e quanto receberam de ajuda da Loteria Estadual no último ano?

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Antônio Belinati

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 158-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A alínea a, do item 10, do artigo 54. da Lei n.º 6.364, de 20 de dezembro de 1.972, passa a ter a seguinte redação:

a) "ao sujeito passivo que não apresentar a Guia de Informação e Apuração do I.C.M., no mês subsequente ao da apuração de acordo com a terminação do número de inscrição do contribuinte:

a) — 1 e 2 — dia 15

b) — 3 e 4 — dia 16

c) — 5 e 6 — dia 17

d) — 7 e 8 — dia 18

e) — 9 e 0 — dia 19".

Art. 2.º — Ficam anistiadas das respectivas multas as Guias de Informação e Apuração do I.C.M., que não foram entregues até o dia 31 de maio de 1.973.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA: EM PLENÁRIO.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a honra de registrar a presença no Plenário do Sr. José Teixeira Filho, Prefeito Municipal de Terra Roxa.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em dias da semana passada viemos à Tribuna a fim de denunciar um grave problema com referência à semente de soja.

Há evidente falta de sementes no nosso Estado. Mas por outro lado, o que mais está assustando é o preço que está sendo comercializado, aliás, o preço não é o problema. O problema é que os revendedores não querem dar um preço definitivo. E isso vem criando uma séria preocupação por parte de todos. Após o nosso pronunciamento, medidas foram tomadas e hoje para tranquilidade maior nossa, já se nota que existe um preço definido, pelo menos, por parte de algumas firmas e de algumas cooperativas. Isso já vem tranquilizar um pouco.

O outro problema, é quanto à base de financiamento da própria semente.

O Banco do Brasil que presta inestimável serviço à agricultura do nosso Estado, fixou sua base de preço da semente em 90 cruzeiros a saca isto é, o banco fornece ao lavrador 1.300 cruzeiros de financiamento por alqueire incluindo a semente. Ocorre, que se o lavrador adquirir sementes na base de 200 cruzeiros, fatalmente vai gastar todo financiamento recebido por alqueire. Assim, o dinheiro recebido em financiamento será aplicado praticamente na compra de sementes. Isso sem contar outras despesas forçadas que a lavoura terá que dispendar tais como, preparo de terra, adubo etc. Por esse motivo requeiro à apreciação dos Nobres Deputados, no sentido de pleitear a ampliação da faixa de financiamento da semente de soja. E fazemos uma justificativa vasada nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

Continua tomando vulto em todo o Estado, uma séria preocupação. Haverá realmente semente de soja que venha suprir as reais necessidades? Se na verdade existirem, qual o preço que custará cada saca? A pergunta não mereceu ainda a resposta definitiva, pois, a maioria prefere aguardar a aproximação da época do plantio, para a definição de preço.

A verdade, entretanto é que, tendo em vista o próprio preço do produto comercializado, acréscimo de despesas de preparo, lucro do intermediário, juros e outras, vai estar bem distante daquele fixado pelo Banco do Brasil S.A., para efeito de financiamento.

Acreditamos que quando da fixação de Cr\$ 90,00 de financiamento da saca de semente de soja, o mesmo fora baseado quando o produto não tinha ainda sido cotado em preços elevado. Vale ressaltar, que dentro de uma estrutura administrativa que merece os melhores encômios, o próprio Banco do Brasil, no sentido de melhor atender os agricultores, está desburocratizando todo o mecanismo de financiamento. Existe uma contribuição decisiva por parte do órgão oficial, que já tem a seu crédito uma expressiva parcela do êxito que vem obtendo a agricultura brasileira.

E é exatamente em função disso, que, verificada a fixação de preços de semente de soja, por parte de alguns fornecedores, e, considerando que:

- a) — A Secretaria da Agricultura do Governo do Estado de S. Paulo, fixou o preço de semente de soja em Cr\$ 170,00 a saca;
- b) — A Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, também pretende fixar o mesmo preço;
- c) — Diversas Cooperativas também estão adotando o preço supra, para os seus cooperados;

d) — Considerando ainda que, as sementes assim fornecidas, com "Certificados de Garantia" representam todo o êxito da agricultura.

Requer, que depois de ouvido o Plenário desta augusta Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Walter Peracchi Barcelos, Digníssimo Diretor da 6a. Região Operacional do Banco do Brasil S.A., solicitando estudo para a majoração das bases de financiamento da semente de soja, atualmente fixada em Cr\$ 90,00, a fim de fazer face ao preço praticamente "Oficial" adotado pelos "Certificados". Este benefício daria melhores condições para que o agricultor plante somente produto de origem recomendada pela técnica.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 1973.

(a) Rosário Pitelli".

Era este o Requerimento, Srs. Deputados que pretendemos, se merecer a aprovação dos Srs. Deputados, seja enviado ao Banco do Brasil, a fim de que ele expanda a sua faixa de financiamento com relação às sementes de soja, para dar ao agricultor a garantia de que ele vai adquirir um semente de origem certa e assim o seu produto plantado, terá uma colheita assegurada. Isto tudo virá em benefício da nossa própria agricultura.

Precisamos de sementes selecionadas e é preciso que todo o esforço seja feito para que o agricultor plante somente a semente com determinação técnica.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de registrar aqui, nesta oportunidade, a satisfação reinante no mundo político, pela escolha do futuro Governador; eis que toda a classe que representamos espera muito deste homem.

Não obstante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, bem a propósito, eu gostaria de deixar também registrado aqui a nossa solidariedade que, pela primeira vez na história do Paraná, no período posterior à Revolução, observamos com alegria imensa, uma tomada de posição da Bancada paranaense na Câmara Federal, no que tange ao problema de estradas. Eis que todos os jornais divulgaram com destaque, em manchete, a tomada de posição daqueles paranaenses que representam o nosso Estado na Alta Câmara.

Pelos dados que temos aqui em mãos, nós vemos, segundo comentário de jornal, que o DNER não gostou, mas o assunto encontrou ressonância, ante a Bancada Federal do Paraná. Trata-se de nota divulgada em matutino, com destaque a respeito de construção de rodovias federais nos Estados. O Paraná figura com uma posição de inferioridade entre os demais Estados, com apenas 150 quilômetros de Estradas asfaltadas pelo DNER, contra 1.350 em Minas Gerais, 1.170 na Bahia; 1101, no Piauí; 944 no Rio Grande do Sul; e 584 no Ceará.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Estado que no instante da contribuição, no instante do pagamento de impostos, no instante da produção, é o primeiro Estado do País; é o celeiro do Brasil; é a capital do soja, do café; é o Estado que necessita de estradas asfaltadas, não para a sua população passar por estas estradas; é um Estado que necessita destas rodovias para o escoamento da produção.

Portanto, entusiasmado, não entusiasmado com este acontecimento, mas com os nossos companheiros na Câmara Federal, eu gostaria de deixar aqui nosso aplauso, nosso apoio incondicional aqueles Representantes do povo paranaense que nesta hora, neste momento de transição, no instante em que um Deputado Federal assume o Governo do Paraná, este protesto se faz notar.

Fica aqui, portanto, o nosso apoio, nossa solidariedade, nossos aplausos aos Representantes paranaenses.

Gostaria de registrar aqui também, nossos cumprimentos ao sr. Prefeito de Terra Roxa e à colenda Câmara de Vereadores daquele Município. Talvez seja o primeiro Município a tomar esta atitude, eis que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, através de um ofício enviado pelo Prefeito de Terra Roxa à Câmara de Vereadores, duas vias daquela cidade terão nome de homens ilustres que se foram. Uma das vias de Terra Roxa tomou o nome de Professor Parigot de Souza e a outra o nome do Presidente da ARENA, este eminente homem público que foi Filinto Müller.

Portanto, ao dar a esta Casa a notícia que recebemos através de ofício daquele Prefeito, nos parabenizamos com aquela Câmara de Vereadores e com aquela autoridade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nestes trinta e ou quase quarenta dias em que o nosso Presidente João Mansur, homem que tanto admiramos e queremos bem, tem se conduzido com tanta elevação à frente do Governo do Estado, esperava, neste lapso de tempo, não ocupar a Tribuna desta Casa nenhuma vez para criticá-lo. Mas, infelizmente, é o dever que me impõe, como representante do povo, ocupar a Tribuna para lamentar, profundamente haver o Governador em exercício, João Mansur, cedido a pressões — acho que pressões do Secretário da Fazenda do Secretário de Estado e do Chefe da Casa Civil — e mandado para esta Casa uma Mensagem que vem mais uma vez prejudicar o funcionalismo público.

Não estou falando por demagogia eleitoral ou eleitoreira porque não faço política na área do funcionalismo público, mas é uma barbaridade, é um crime que se comete com o funcionalismo público do Estado.

Já provou o Deputado Maurício Fruct, num trabalho minucioso que mereceu nossos elogios, que o funcionalismo tem os seus vencimentos deturcados dia a dia.

Que nestes últimos dois ou três anos já deixou de perceber aumentos na ordem de 50% em relação ao que recebem os funcionários públicos federais. E a bússola que orienta os Governos estaduais é o Governo Federal que traça a política econômica da Nação. Se o Governo Federal dá 16%, e dá de imediato, em janeiro ou fevereiro quando completa um ano, não vejo por que o Governo do Estado queira ser mais realista que o rei, e, além de protelar a vigência do aumento, dá percentual muito menor.

No Governo passado, foi a vergonha que se viu. Tripudiu-se sobre o

funcionalismo público, veio o abono, depois não sei mais o que, e o funcionalismo quando recebeu, foi só o envelope. Não tinha mais nada.

Estou profundamente aborrecido, intimamente estou frustrado por que o Nobre Deputado João Mansur, deu tantas provas de ser um grande Governador, um real representante do povo, ele representa o povo neste Legislativo, é o Presidente deste Poder e como Governador do Estado teria que manter suas prerrogativas de governo, não tinha que ir atrás do sr. Secretário da Fazenda, nem de Secretário de Governo, nem de Chefe da Casa Civil, de ninguém. A Mensagem deveria vir para vigir imediatamente, porque o Sr. Secretário da Fazenda anda alegre, satisfeito, porque as safras estão abundantes, a explosão do soja no Paraná está abarrotando as arcas de Tesouro do Estado. Mas, o Estado não constrói nada, não paga ninguém, não gasta. O que está fazendo com o dinheiro? Porque o aumento do funcionalismo só entrar em vigência a partir de 1.º de outubro? Por que essa estória? O funcionalismo tem esse direito, não é favor.

Portanto, peço a compreensão dos Nobres Colegas da Comissão de Constituição e Justiça porque quando a Mensagem por aí transitar vou apresentar emenda antecipando a vigência do aumento para 1.º de agosto. E tenho certeza que a Comissão de Constituição e Justiça vai aprovar por unanimidade. E esta Casa também aprovará por unanimidade. Vamos ver como o Governo vai sair desta. Tem dinheiro, o funcionalismo tem direito ao aumento, então por que essa protelação?

O segundo assunto, sr. Presidente, também será objeto de um Requerimento meu, e é ainda o maldadado caso dos telefones. Vou transcrever as declarações do Nobre Secretário Stenghel Guimarães que chegou aqui, nesta tribuna, neste mesmo lugar, e disse que o serviço da Standart Eletric era uma porcaria, que o negócio não funcionava. Então, em vez de 22 mil e 500 linhas eles tinham que substituir todo o sistema, porque o sistema não prestava. Então, batemos palmas. Iamos implantar aqui um sistema moderno, que funcionaria e traria satisfação os usuários dos telefones e não aborrecimentos. Houve toda aquela celeuma, aceitaram a proposta da Siemens. Ora, tem um funcionário dessa firma me disse que não era Siemens e sim Ziemens. Então, aceitaram a proposta da Siemens apesar de mais caro, mais oneroso e tornaram essa firma vencedora da concorrência, sob a alegação de que se iria substituir todo o sistema, isto 55 mil linhas. A Casa aceitou, aplaudiu, bateu palmas, o povo está colaborando, pagando, comprando. O Tribunal de Justiça, proferiu a demissão não confirmando a segurança concedida pelo Juiz às 16,00 horas e um minuto, assinaram ligeiro o contrato. Não sei porque toda aquela pressa. Então aí os telefones. Deus ajude que o negócio funcione bem. Mas, o que está causando estranheza é que agora não são mais 55 mil linhas, são apenas 22 mil e 500, e vai trabalhar em conexão com a Standart Eletric. Ou o que está aí implantado pela Standart Eletric melhorou do dia para a noite, porque não está chovendo, ou então, tem "truta" no meio. Porque não é possível que, de uma hora para outra, tenha melhorado; ou o Sr. Secretário Stenghel Guimarães, mentiu nesta Casa. Ele disse que o negócio era uma porcaria. Mas, agora parece que não é mais, porque vamos aproveitar o mesmo sistema que está sendo operado atualmente.

Portanto, vamos formular um Pedido de Informações, vamos ver se agora, o Líder do Governo não vai se abespilhar, vai deixar passar nosso Requerimento de Pedido de Informação, porque a coisa é muito séria. Agora não são mais 55 mil linhas, agora, o negócio da outra companhia está prestando. Antes de assinar o contrato não prestava. Então, o povo tem que saber tudo direitinho. Vamos, através do Líder do Governo pedir que o Governo olhe o povo em primeiro lugar, vamos pedir ao futuro Líder do Governo, que olhe o povo em primeiro lugar, vamos deixar os interesses políticos de lado, vamos informar direitinho o povo, para o povo saber porque está pagando. Não há crime nenhum em se informar o povo onde se está aplicando o dinheiro arrecadado do contribuinte.

Isso não é crime. O crime é ocultar do conhecimento do povo. Esse é o crime.

Então é o apelo que faço ao governo e vou fazer um Pedido de Informações, para saber se melhorou do dia para a noite o sistema antigo, ou o que houve. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com satisfação, registro a presença neste Plenário do Sr. Prefeito Municipal de Manhorê.

Passando ao Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo, hoje, a Tribuna desta Casa, para trazer ao conhecimento público e das autoridades deste País, fato deveras lamentável e que está produzindo profunda repercussão, não só no seio da população estudantil do Paraná, com sério prejuízo a mesma, nos seus direitos, como também de lamentável repercussão negativa no seio externo, com sérios prejuízos às relações que o Brasil mantém com diversos países amigos, cujas relações devem sempre ser estimuladas e aumentadas e não relegadas e diminuídas.

Como professor universitário e representante de uma larga parcela do povo paranaense, não poderia permanecer silente ou indiferente ao clamor de tão grave problema, que talvez tenha sido criado, tão somente por falta de uma análise mais pormenorizada das consequências que dele adviriam.

É grande o número de estudantes, professores e interessados, que me tem procurado para que traga a debate público, tão relevante matéria, com o objetivo de que seja modificada a atual orientação que não se justifica de forma nenhuma, como veremos, sem ter por isso qualquer razão de ser.

Este fato, Senhor Presidente e Senhores Deputados é o seguinte:

Em 24 de maio de 1973, o Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, tomou a resolução de excluir dos Exames Vestibulares da Universidade do Paraná as disciplinas optativas em línguas estrangeiras: alemão, espanhol e italiano, mantendo o francês e o inglês.

Segundo informações fidedignas que obtive, tal medida foi baseada em elementos da Portaria n.º 113 de 21 de fevereiro de 1973, do Ministério da Educação e Cultura, que preconiza uma série de alterações que visam a melhoria da sistemática a ser seguida pelas instituições de ensino superior do País, no que diz respeito aos exames vestibulares.

É de se notar, no entanto, que o Artigo 5.º letra "A" da referida portaria, ao alinhar as matérias e ao se referir as línguas estrangeiras, diz:

"Comunicação Expressão, abrangendo conhecimento de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, acrescidos, eventualmente, de uma prova de língua estrangeira moderna".

Continuando, no mesmo Artigo, parágrafo 6.º da referida Portaria, encontramos:

"Na hipótese de inclusão de provas de língua estrangeira, deve-se prefe-

rentemente evitar a multiplicidade de ofertas alternativas, que prejudicam a comparabilidade dos resultados obtidos pelos candidatos".

Em sequência, ainda, encontramos o disposto no parágrafo 7.º do mesmo Artigo.

"Na hipótese de que sejam ofertadas várias provas de língua estrangeira, o processo de padronização de escores descritos no capítulo da Presente Portaria, deverá ser compulsoriamente aplicado para atenuar distorções".

O SR. IGO LOSSO — Lendo: "Como se pode verificar, houve na referida Portaria, uma mera recomendação no seu Artigo 5.º § 6.º, no sentido de "se evitar a multiplicidade de ofertas alternativas"; enquanto que, no § 7.º, houve a disciplinação de que "se ofertadas várias provas de língua estrangeira..." (várias provas, no sentido de muitas)).

Disto tudo se conclue que a redução de ofertas alternativas poderia ser realizada, desde que não houvessem obstáculos ou prejuízos a ninguém.

No caso, houve este prejuízo, pois tal resolução do Conselho de Ensino e Pesquisas veio chocar-se com a Legislação Educacional vigente no Estado, também baseada em Legislação Federal, consubstanciada na Resolução 26-65 do Conselho Estadual de Educação que enumera as línguas estrangeiras "oficialmente" ensinadas no Estado do Paraná, que são: alemão, espanhol, francês, inglês e italiano.

Vê-se portanto, que os alunos, que são "oficialmente" obrigados a estudar tais línguas estrangeiras, não podem ser impedidos de realizarem os seus exames vestibulares optativamente dentro daquilo que lhe foi ensinado. Calcula-se que cerca de 8.000 alunos que estudam alemão 5.000 espanhol e 200 italianos estarão com seus direitos prejudicados diante de tal resolução do Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná.

Além deste aspecto interno não se justificaria sob hipótese nenhuma a exclusão principalmente da língua alemã, uma vez que a República Federal da Alemanha e Brasil, incrementam cada vez mais suas relações em todos os campos. Observe-se recentemente os inúmeros convenios culturais assinados com Universidades, inclusive com a própria Universidade Federal do Paraná (Faculdade de Florestas) com grande número de bolsistas brasileiros que realizam seus estudos de aperfeiçoamento técnico e científico naquele país amigo. Veja-se ainda há poucos dias, a movimentação de missões econômicas brasileiras e paranaenses que se dirigiram àquele país em busca de grandes empresas comerciais, industriais e agrícolas, para que aqui venham a se instalar.

Isto tudo, Sr. Presidente, srs. Deputados, requer a demanda, cada vez de maiores conhecimentos do idioma alemão, para que haja aquele esperado e perfeito entrosamento básico e prático em tais relações. Estes conhecimentos, so serão devidamente especializados e aprofundados, se para tal, se dá o sentido de estudos universitários, como até aqui vinha ocorrendo.

Aliás, é bom salientar, que a língua alemã, está incluída como disciplina optativa para os vestibulares das Universidades e Faculdades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e praticamente em quase todas do País, inclusive nas do nordeste, onde a incidência de descendentes alemães é quase nenhuma.

Lamentavelmente, só aqui, na mais antiga Universidade Federal do Brasil, é que tal medida foi tomada, creio que precipitadamente pois, repito, o alemão não poderia ser abolido do vestibular como opção também porque não se assemelha marcadamente, nem com o português, nem com as línguas estrangeiras mantidas.

Assim, respeitosamente, expostas as razões e fundamentos que o justificam, encaminho a esta douta Presidência, para a devida apreciação e aprovação desta Casa, a seguinte proposição:

REQUERIMENTO

Súmula: Requer seja enviado apelo oficial desta Assembléia ao Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade do Paraná, no sentido de que sejam mantidas as línguas estrangeiras, opcionais, nos vestibulares.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, ouvido o Plenário seja encaminhado em nome do povo paranaense um veemente e oficial apelo ao Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, através do Magnífico Reitor, no sentido de que seja reestudada e reformulada a Resolução daquele Conselho de 24 de maio de 1973, para que continuem como disciplinas obrigativas aos exames vestibulares, na Universidade Federal do Paraná.

Além disso, proporcionará um estímulo aqueles estudos, que só tende a melhorar e ampliar as relações entre os países que as adotam.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1973.

(a) IGO IWANT LOSSO — Deputado Estadual".

Era só, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente e srs. Deputados. Há dias passados ocupava com raro brilhantismo, diga-se de passagem esta tribuna, o Nobre Deputado Rosário Pitelli. Abordava o assunto do momento ou seja, o soja. Nós temos que ficar atentos para este problema para que o Paraná, o grande celeiro do País, o grande produtor de soja, não venha sofrer as consequências do seu gigantismo e do seu próprio desenvolvimento. O que mais nos preocupa, Sr. Presidente e srs. Deputados, é o problema de transportes, motivo que há pouco tempo nos trouxe à Tribuna para emitirmos o nosso pensamento e o nosso aplauso sobre a felicidade da nossa Barcada na Câmara Federal, em protestar contra este evidente desprezo que há, por parte do Governo Federal para o Estado do Paraná, no que tange ao problema de estradas. Como também Sr. Presidente e srs. Deputados, na fixação do preço, para que não haja frustração, e como bem disse o Deputado Rosário Pitelli a aquisição de sementes com a antecedência devida para que o nosso agricultor, este homem idealista, este homem do interior, este homem produz divisas, que arranca do solo o alimento para si e para todo homem, não seja ele o eterno sacrificado, o eterno explorado, para que não fiquem as riquezas como sempre acontece nesta ocasião, nas mãos dos oportunistas, nas mãos dos intermediários, dos atravessadores. Portanto, passamos aqui nesta tribuna para chamarmos a atenção da Casa para este problema crucial e para que esta série de pronunciamentos pelos homens responsáveis, como aqui tem ocorrido, para que o nosso apelo chegue até às autoridades competentes, as autoridades federais, ao Ministério de Agricultura, fazendo também que este produto seja diretamente exportado para que aquelas autoridades atentem para os problemas do nosso Estado.

Tão logo, Sr. Presidente e srs. Deputados, assumo o Governo do Paraná o Deputado Emílio Gomes, nós, naturalmente, em comissão com os produtores iremos à S.S. para levarmos a este homem os problemas e as preocupa-

ções que afligem a agricultura paranaense porque não é permitido nem é lícito que assistamos aqui de braços cruzados o que aconteceu no passado com o IBC, com o café, com a menta, e com o algodão e com todos aqueles produtos que foram produzidos sem grandes quantidades em nosso Estado e que o Governo com seus órgãos criados a exemplo do IBC, a exemplo do Instituto do Mate, do Instituto do Açúcar e do Alcool, estes órgãos criados com a intenção de favorecer a lavoura, e o lavrador, se tornaram seus verdadeiros carrascos.

Fizemos há dias passados, apelo veemente ao Governo Federal, para que pelo amor de Deus, não pense nem de longe sequer em criar o Instituto do Soja, porque para isto existem os órgãos superiores, em condições de dar o atendimento necessário, dispensando portanto, os cabides de emprego, que vem com a criação deste instituto.

Queremos neste Grande Expediente deixar aqui registrada a nossa preocupação e um acerto de um trabalho longo e profundo que iremos fazer em torno do soja.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Paulo Poli. V. Exa. volta à Tribuna, abordando um assunto de grande importância e analisando outros pronunciamentos feitos por Deputados também preocupados com o problema da produção de soja de estradas e de tudo aquilo que diz respeito ao Estado do Paraná.

Sr. Deputado, com referência ao soja, duas perguntas me vem à mente: — Qual é a capacidade produtiva do soja no Brasil? Qual é a capacidade de consumo mundial de soja? Vale a pena produzir tanto como pretendemos produzir, se depois não há a capacidade de consumo mundial? Por um desastre climático, por uma adversidade climática, nos Estados Unidos, tivemos uma produção diminuta este ano passado; mas se V. Exa. ler com bastante atenção as declarações de uma autoridade norte-americana, numa entrevista que deu sábado no jornal "O Estado do Paraná", muito seria, com a séria advertência para nós produtores paranaenses se soja, de que não aguardemos com muita esperança o preço que atualmente é vigente do soja, porque pretendem os Estados Unidos, no próximo ano, produzir 40% a mais do que normalmente ele produz.

Então, é esta a pergunta que nos preocupa. Será que com este aumento de produção nossa, porque o preço foi compensador, será que o aumento de produção dos Estados Unidos com muito maior capacidade de exportar e vender a longo prazo com financiamento e a juro baratíssimo, de modo que nós iremos reservar ou guardar estas reservas de soja criando sérios problemas para nós? É o que V. Exa. hoje alerta desta Tribuna. Será que vamos ter novamente o espantinho de um confisco cambial do soja? Será que vamos ter novamente diante de nós o espantinho de um instituto do soja? Parece-me que aqueles que produzem, precisam ter certeza daquilo que vão produzir, porque não há nada que venha nos dizer o que vamos produzir; vamos exportar ou vamos consumir. Estamos inteiramente aéreos. Estou vendo produtores fazendo investimentos sérios, com maquinário a custo quase que astronômico, para amanhã não terem a garantia que esperam ter. Acho que 50, 60 cruzeiros, o soja é bom negócio. Será que vai ficar neste preço?

Portanto, Nobre Deputado V. Exa. faz uma séria advertência; mesma advertência que muitos Deputados têm feito. Nada pode ser feito sem planejamento neste País. Produzir por produzir, para depois guardar, para poder guardar, deteriorar, queimar, não vale a pena; ou depois não termos condições de sustentar da mesma maneira que os nossos competidores agem no mercado de exportação? Então por todas interrogações que vem diante de um produto que hoje se apresenta como riqueza, como se apresentavam o algodão, o trigo, o milho, o café e que hoje são verdadeiros pesos que carregamos sobre nossos ombros. É necessário que pronunciamentos como este que V. Exa. está fazendo sejam feitos também por todos os Deputados, alertando o Governo Federal das sérias preocupações que tem este Estado, que é eminentemente agrícola, e que não quer ver o soja como mais um produto que venha trazer sérias preocupações para a agricultura.

O SR. PAULO POLI — Agradeço imensamente a interferência de V. Exa. que com a experiência que tem e a elevada dose de patriotismo que possui, naturalmente trouxe quase que maior clareza às nossas obscuras palavras.

Realmente, Nobre Deputado, quando V. Exa. fazia este pronunciamento, recordava-me de um aparte idêntico a este que V. Exa. faz hoje. Isto foi a oito ou nove anos passados quando nesta Tribuna eu denunciava a todo o País o que ocorria com o caso da menta. V. Exa. num momento feliz tanto quanto o foi hoje, fez advertências tão sérias e graves como agora, e o desastre foi inevitável.

O lavrador fracassou, a menta desapareceu como prevíamos há oito ou dez anos passados.

Exatamente este quadro se repete hoje e, agricultores que somos, oriundos de famílias humildes que maruseavam a terra, sentimos este problema na carne.

Nossos amigos e nossos familiares labutam na terra e observamos perarosos, a ignorância — quem sabe — dar principais autoridades para este problema tão sério.

Quando estiveram essas autoridades americanas em suas conferências, lemos e absorvemos todo o noticiário e, embora reconhecendo que são nossos concorrentes, achamos que suas observações têm valia.

Há dez ou quinze anos passados nós paranaenses e brasileiros não acreditávamos que a África iria ser nossa grande concorrente na produção de café e eis que o problema ocorreu e a África se apresentou e a nossa lavoura de café fracassou.

Portanto é indispensável, é urgente, é necessário que o Governo faça um planejamento e entre em ação, não fique no papel, dando ao nosso agricultor a garantia de que irá vender por preço razoável e justo o seu produto.

Não é possível que por erros de nossas autoridades superiores, por indiferença de uns e interesses escusos de outros — uma minoria, graças a Deus — nosso lavrador continue sendo prejudicado, espezinhado, porque nosso homem do interior, que manuseia a terra, é o que dá o exemplo mais belo do ser humano que acredita em Deus.

Vejam que nosso agricultor, no instante em que adentra as capoeiras e derruba a mata, no momento em que vai queimar a roça pede ao Senhor, em suas preces, que não mande chuva porque precisa queimar. E nosso Salvador atende ao lavrador, não vem chuva e as roças são queimadas.

Em seguida, em suas preces dirige-se novamente ao Senhor para que mande chuva para que a semente germine. E o senhor, Pai de todos, entende o nosso semelhante, o nosso agricultor e lhe manda a chuva e faz a semente germinar. E na época da safra, volta novamente esse mesmo agricultor com seus pedidos para que a chuva não seja em demasia e não estrague suas safras, suas colheitas. E o Criador, nosso Pai, nosso Senhor, protege essa gente e lhe dá mais esse benefício. Mas, o homem o seu semelhante não

atende esse homem que o Criador protege, e rouba e sacrifica os pobres agricultores. Daí, porque, srs. Deputados, a este pronunciamento seguirão outros acompanhados de Requerimentos, de apelos veementes ao Governo para que dê segurança, a segurança necessária a essa gente; para que o nosso agricultor não sofra mais frustrações como já sofreu no passado, frustrações tantas vezes denunciadas pelo nobre Deputado Rosário Piteli e por outros ilustres Deputados que por esta Casa passaram e fizeram essas advertências.

Portanto, nós estamos com a consciência tranquila, nós e outros srs. Deputados que se têm pronunciado a respeito do assunto. A situação é realmente grave no que se refere ao soja. E se, como diz o Nobre Deputado Rosário Piteli, se não houver novas enchentes no Mississipi e os Estados Unidos continuarem com uma super produção, como ficará a nossa gente, o nosso agricultor? Daí a necessidade da fixação de preços mínimos pelo Governo e distribuição de sementes. E tudo isto será possível com a interferência das autoridades federais, para que o nosso homem vá para a lavoura com tranquilidade. Portanto, é tempo de nossas autoridades federais olharem para nossa agricultura, já que para nossas estradas não têm olho. Não podemos permitir mais que nossos agricultores, nossos homens do interior, esses ideais que arrancar desta terra abençoada, com suor e lágrimas, o alimento para seus familiares sejam esquecidos.

O sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte. (Assentimento). Nobre Deputado, sou filho de colonos. E, até sair da Faculdade, em épocas de férias, ia para a roça com meus pais. E esse drama de nosso produtor o conheço profundamente. Depois disso fui para uma região essencialmente agrícola, aliás, todo o Estado do Paraná, se caracteriza pela agropecuária. E fiquei comovido com a preocupação de V. Exa., e me engajarei neste seu alerta para que as autoridades de nosso Estado, o Sr. Governador do Estado, o sr. Secretário da Agricultura e demais autoridades se conscientizem que o Estado do Paraná é um Estado agrícola, não tem outra condição de progresso, pelo menos por ora, porque não se pode pensar — e é um fato consumado — não se pode pensar em industrialização se não temos matéria prima, se não temos produção racionalizada. E se não tivermos o amparo necessário nossa agricultura não sobreviverá. Entendo que as autoridades estaduais, com uma atitude digna, máscula, patriótica proporcione a segurança tão desejada por nossos agricultores. Enquanto não se tomar uma atitude séria, honesta, bem intencionada continuaremos com a nossa produção jogada a sua própria sorte. Na região do Oeste do Paraná, médicos, advogados, farmacêuticos, profissionais liberais de todas as linhas, comerciantes, estão voltados, estão se dedicando, empregando seu capital, suas economias, na lavoura, impulsionados como foram por essa safra muito feliz que aconteceu. E se não houver uma racionalização na produção, uma esquematização na produção e entrega de sementes especiais, próprias para o solo e para o clima, se não houver armazenamento, principalmente, nós vamos ter, em futuro muito próximo, uma debacle extraordinária na economia de nosso Estado, especialmente nessa região produtora.

Então, entendo que o problema existindo, e sendo grave, precisamos conscientizar as autoridades estaduais, para que chamem a si a responsabilidade e levem o problema até o governo da União, a fim de ser traçada uma linha, uma meta, uma posição, um norte.

Porque é fabuloso o que se está invertendo na lavoura, principalmente na região oeste do Paraná. E essa gente vai para uma desgraça total se o problema que V. Exa. com muita inteligência, com muito patriotismo está trazendo à baila nesta Casa do povo hoje, não for resolvido.

Entendo que devemos nos immanar, nos conscientizar e fazer desta Casa uma trincheira forte para demovermos as autoridades executivas estaduais que chamem à responsabilidade o governo federal, para que haja definitivamente um caminho, um norte, uma definição, uma orientação, para que não ocorra uma desgraça num futuro muito próximo, na lavoura de nosso Estado.

O SR. PAULO POLI — Muito obrigado Nobre Deputado Iris Caldart. Gostaria de dizer exatamente a V. Exa., neste momento, que tão logo V. Exa. assumir nesta Casa uma cadeira — que V. Exa. vem ocupando com raro brilhantismo — podia se observar que grande muralha poderia nos dividir, e, no entanto, o que ocorreu, foi a grande admiração e o grande respeito que passei a ter por V. Exa. E vou dizer porque: é lógico, é natural, que nos afinemos com os companheiros de nossa bancada, de nossa região; é lógico, é natural, que nos afinemos com os homens cujas profissões têm alguma coisa em comum. E V. Exa. não tinha nada disso. V. Exa., bacharel brilhante, advogado que é, não tinha nada em comum com meus afazeres. V. Exa., da bancada do MDB, nós outros, vice-Líder da Bancada da Arena. Portanto, tínhamos tudo para de imediato nos detestarmos, ou quase chegarmos a isso, o que não seria o caso.

No entanto, quando V. Exa. ocupou a Tribuna, senti que quem falava desta Tribuna, não era o bacharel brilhante, não era um homem do MDB, era, isso sim, a alma de um grande brasileiro, era o coração de um caboclo, a exemplo de muitos que estão aqui, era realmente um autêntico agricultor, um autêntico homem do interior que tinha, graças a Deus e graças a sua capacidade, chegado a esta Casa para representar o povo.

Hoje, V. Ex. fez essa confissão que, de certa forma, me comoveu porque temos muito em comum, de que é filho de agricultor. Ora, Nobre Deputado, diz a Escritura Sagrada "que a obrigação do cristão é honrar seus pais". Foi um gesto nobre e importante. É importante porque V. Exa. ocupa, no cenário político paranaense, a posição de Deputado, de representante do povo. No entanto, apesar disto, despiu-se de tudo, para com simplicidade, com humildade dizer aqui, alto e bom som, que é filho de agricultor. Aceite meus parabéns. Sei que fronteira nenhuma, nem partidária e nenhuma outra, irá afastar V. Exa. desta luta que iremos empreender. Não sei dos resultados, mas sei que conto com amigos e aliados. Mais uma ressalva: Percebi que V. Exa. se preocupa justamente que estes apelos, estas críticas sejam dirigidas também ao Governo Estadual para que leve ao Governo Federal, o responsável direto por estas reivindicações.

O Sr. Iris Caldart — Não são críticas.

O SR. PAULO POLI — São críticas como palavras minhas. Não sei se V. Exa. observou, mas dissemos que em conjunto com outros companheiros iremos levar ao Deputado Emilio Gomes, quando assumir o Governo, isto em termos de apelo. Mas, se S. Exa. não atender, iremos à crítica. Não seriam as obrigações de fidelidade partidária, não seria a nossa ligação com o Governo do Estado que iria fazer com que permitíssemos que o homem simples do interior, aqueles que manuseiam a terra sejam sacrificados, esbulhados, ludibriados. Isto jamais iremos permitir. Em todos os Governos que passaram fizemos nosso alerta, em quase todos, em todos enfim, fizemos, no momento oportuno, nossa crítica através de nossa palavra humilde, modesta e simples.

Deixamos aqui, nesta tarde, no início deste novo período governamental nosso alerta e um esboço do que pretendemos fazer. Temos certeza que o eminente, ilustre brasileiro, Parlamentar sensível que é o Deputado Federal

Emilio Gomes irá lutar sempre que possível para que não aconteça com nosso Estado, o que aconteceu ao problema de estradas. Não podemos admitir que outros Estados com menos expressão que nosso Estado, sejam afortunados com milhares de quilômetros de estradas asfaltadas. Não podemos admitir que nosso Estado seja, novamente, esquecido e ludibriado. Isto, talvez aconteceu porque o Governo que se foi, que Deus o tenha em bom lugar, não tinha condições físicas para exigir aquilo que era de direito de nossa terra, de nossa gente, de nosso povo. Este homem que vem aí, temos certeza, irá atender o apelo das bancadas com assento nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Aracy de Lara Machado, viúva de ex-Funcionário Público Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200-72 de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que retifica o artigo 1.º da Lei n.º 6.115, ficando declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande", com sede na cidade de Prudentópolis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Júlio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 214-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154-71, de autoria do Dep. Armando Queiroz de Moraes, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual "Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz", do Município de Terra Boa, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, adita redação que especifica, ao número 11 do Artigo 56 do referido Projeto de Lei. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO. — Aprovado, pelo Substitutivo, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109-73, de autoria do Dep. Antônio F.F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Guaraniáçu, 6 (seis) tratores na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. SM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50-73 de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Maria Araújo Maia, viúva de ex-Membro da Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 50-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à Senhora Maria Araújo Maia, viúva do membro da Polícia Militar do Estado, Manoel Rufino Maia.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1973

(a) Deputado Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Tal plano de Lei, objetiva e preocupa-se unicamente em reparar injustiça que deveria ter sido reparada a já longo tempo, isto porque é bastante difícil admitir-se a realidade de que um policial que morra no desempenho de suas funções, deixe sua família em situação de total abandono.

Mas infelizmente, isto é o que ocorria por volta de 1936 em nosso Estado. Contudo, nada mais justo do que, conceder-se agora, esta subvenção mensal à Senhora Maria Araújo Maia, quando a mesma conta já com a avançada idade de 82 anos, e já não dispõe de forças para trabalhar como o fez desde a morte de seu marido e até bem pouco tempo atrás.

Dona Maria, desde a alguns anos reside com uma de suas filhas, contudo, o peso da idade e seu precário estado de saúde, vem sobrecarregando sobremaneira seus familiares, que também lutam com dificuldades, face aos poucos recursos financeiros de que dispõe.

Em face de tal situação, havemos por bem apresentar o presente Plano de lei, que se aprovado por esta colenda Assembléia Legislativa, e, ao final, obtiver a sanção governamental, nos permitirá minizar o sofrimento de quem por justiça deveria reunir melhores condições de sobrevivência em sua velhice, dado ao fato de encontrar-se nesta situação, por ser seu marido um fiel cumpridor de seus deveres.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 50-73

PARECER

O ilustre Deputado Odilon Reinhardt pretende conceder uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 a Maria Araújo Maia, viúva de Soldado da Polícia Militar do Estado.

Notifica o nobre autor, ao justificar a presente propositura, que a beneficiada não percebe qualquer auxílio do Estado, em razão da qualidade de viúva de um funcionário militar. Ocorre, é ainda o autor a informar, que o óbito do soldado Manoel Rufino Maia deu-se em 1936, quando os direitos e

vantagens do pessoal civil e militar do Poder Público não estavam claramente definidos e expressos em diplomas legais específicos, como felizmente acontece hoje.

Esta Assembléia, no período imediato a reconstitucionalização do País, atendeu centenas de casos idênticos, ou seja, de dependentes de funcionários do Estado, cuja situação não estava regular, por força do que se apontou.

Agora, parece que estamos em face de um caso remanescente da fase administrativa contemporânea de 1936, e, como uma elementar exigência de justiça, cumpre ao Estado a reparação no mais breve espaço de tempo, a fim de que a beneficianda possa, no pouco tempo de vida que lhe resta, visto como conta 82 anos, ao menos minorar sua miséria.

Por ser conforme à justiça, opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 9.5.73.

(aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Ivo Tomazoni

Igo Losso

Antônio Lopes Júnior

Sebastião Rodrigues

Nelson Buffara

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério

Quielise C. da Silva

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 50-73

AUTOR: — Odilon Reinhardt

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo, conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Maria Araújo Maia, viúva de ex-membro da Polícia Militar do Estado.

PARECER

A matéria é justa e humanitária. No Orçamento Geral do Estado, consta verba para atendimento dessa espécie. Razão pela qual não encontramos impedimento para a sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1973.

(aa) Quielise C. da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

João Fadel

Gilberto Carvalho

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49-73, encaminhando anteprojeto de lei que isenta do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 49-73

Curitiba, 24 de maio de 1973

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, na forma constitucional, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando declarar a isenção do imposto sobre transmissão, a qualquer título, de bens imóveis, por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Envio, em anexo, como parte integrante desta mensagem, cópia da exposição de motivos do Senhor Secretário da Fazenda, consubstanciada no ofício n.º 262-73.

Usando faculdade constitucional, solicito a apreciação da matéria no prazo do § 3.º do art. 25 do estatuto básico do Paraná.

Renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTA CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: — Declara isenção do Imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Tendo em vista o disposto nos artigos 98, 97, VI e 179 do Código Tributário Nacional, combinado com as seções 1, 9 e 10 do Artigo XI do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, aprovado pelo Senado Federal através do Decreto Legislativo n.º 18, de 7 de dezembro de 1959, fica declarada a isenção, à essa Instituição financeira, do imposto a que se refere o inciso I do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Of. n.º 262-73

Curitiba, 22 de maio de 1973

Senhor Governador:

Encaminho ao crivo de Vossa Excelência o incluso esboço de lei que visa declarar a isenção do imposto sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Adoto, nessa oportunidade, como exposição de motivos, o parecer n.º 679-73 da Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda, que apreciou a matéria ora submetida ao exame de Vossa Excelência.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de real estima e distinta consideração.

Maurício Schulman — Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

NESTA CAPITAL

PROCURADORIA GERAL E CONSULTORIA JURÍDICA DA FAZENDA

PROT. 06353-73 — S.F.

DOC. 2700-73 — P.G.F.

PARECER N.º 679-73

INTERESSADO: Banco Interamericano de Desenvolvimento — B.I.D.

ASSUNTO: — Isenção de Impostos.

Requer o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID (Inter-American de Velopment Bank) organização financeira internacional com sede em Washington D.C., por seu Procurador, seja expedida guia de isenção ou declaração de isenção do pagamento do tributo incidente sobre bens imóveis que empresa devedora irá transferir como dação em pagamento.

O histórico da operação financeira a que se prende o fato e as alegações de imunidades tributárias de que goza o Requerente, são explanados claramente na petição dirigida ao Titular da Pasta da Fazenda do Estado.

Dois aspectos observamos no processo, ambos referentes ao sujeito passivo da obrigação tributária, aliás no final da petição inicial, o próprio requerente configura-se como adquirente.

Este aspecto, o do Banco ser o adquirente, analisaremos adiante e negamos desde já, a validade da pretensão de isenção quando o Banco for ou o transmitente ou o interessado nos leilões que por acaso ocorram, pelo simples fato de não ser, nesta hipótese, o sujeito passivo da obrigação tributária.

Vejamos portanto, o aspecto legal da isenção que solicita o requerente, entidade financeira internacional.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi constituído de conformidade com um Convenio, que tem entre os signatários, o nosso País, que aprovou o Convenio Constitutivo através do Decreto Legislativo n.º 18 de 1959.

No Convenio, a Seção 9 do art. XI declara em sua letra "a":

"a) — O Banco, seus bens, sua receita e seus outros ativos, assim como as operações e transações que realize de acordo com este Convênio, estarão isentos de qualquer tipo de impostos, taxas, ou direitos aduaneiros.

O Banco estará igualmente isento de qualquer responsabilidade para com o pagamento, a retenção ou a arrecadação de qualquer imposto, contribuição ou direitos".

O requerimento e as alegações de isenção, devem ser analisadas concretamente através do fato gerador do imposto, se há ou não a obrigação tributária e se houver, qual o dispositivo legal que o dispensa do pagamento.

A Constituição do Brasil autorizou o Estado a instituir o imposto privativo do inciso I do art. 22. O Estado o fez, através a lei n.º 5.464-66.

Diz o art. 1.º da mencionada lei e seu parágrafo único:

"O imposto, de competência dos Estados, sobre a Transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos, tem como fato gerador:

I — a transmissão, a qualquer título, de propriedade ou de domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física como definidos na Lei Civil.

II — a transmissão, a qualquer título, de direitos civis sobre imóveis, exceto os direitos civis de garantia.

III — a cessão de direito às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo único — Para os efeitos desta lei é adotado o conceito de imóvel e da cessão constante da lei civil".

Por outro lado também o Capítulo III da Lei n.º 5.464, "Insujeição Passivo-Tributária", não beneficia o interessado dessa forma não há dispensa do pagamento amparada na legislação estadual.

Ao lado dessa partilha constitucional, instituíram-se, apenas, as limitações insertas no inciso III do art. 19 e no § 3.º do art. 23. Inexistem, portanto, outras limitações ao poder de tributar do Estado.

Por outro lado, a União não exercitou o poder conferido no § 2.º do art. 19 da Constituição do Brasil, para a efetivação de dispensa do pagamento do tributo estadual.

Vejamos agora o que diz o Código Tributário Nacional sobre a matéria.

A lei n.º 5.172 de 26 de outubro de 1966 estatui em seu art. 98:

"Os tratados e convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pelo que lhes sobrevenha".

O Código Tributário Nacional, — lei de natureza complementar —, não é instrumento suficiente, do ponto de jurídico — legal, para instituir limitação ao poder de tributar do Estado. O que si reconhece, com respaldo na parte in fine do § 1.º do art. 18 da Constituição do Brasil, é a oportunidade do referido Código de apenas regulamentar as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Não poderia, portanto, se levar em consideração, no atual regime constitucional, que o art. 98 do C.T.N. tenha o condão por si só, de instituir limitação a poder que o estatuto básico conferiu ao Estado, sem parâmetros, ressalvados, obviamente, aqueles casos acima explicitados.

Não se pode, todavia, anatematizar como inaplicável a regra do citado art. 98 do C.T.N. Ao converso, ele é perfeitamente subsistente e no caso emergente funciona como norma geral de direito tributário tendente a resguardar os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil, devendo, todavia, na sua execução, caminhar-se pelos canais próprios — no caso a LEI adequada.

A inserção preconizada na Seção 9 do artigo XI é, por isso mesmo, programática, ficando adstrita à sua inteligência conjugada com a Seção I e Seção 10 do mesmo artigo do invocado Convenio, que dizem:

"Seção I. — Finalidade do artigo

Para habilitar o Banco a atingir seu objetivo e a cumprir as funções que lhe são confiadas, ser-lhe-ão concedidas, no território de cada um dos países membros, a situação jurídica, as imunidades, as isenções e os privilégios estabelecidos neste artigo.

Seção 10. — Cumprimento do Presente Artigo

Os países membros adotarão as medidas necessárias, de acordo com seu regime jurídico, para tornar efetivos, nos seus respectivos territórios, os princípios enunciados no presente artigo, e informarão o Banco sobre as medidas que tenham tomado para esse fim".

O exame desses preceitos leva à inferência de que a citada Seção 9 não é bastante em si, necessitando, por via de consequência, de instrumento hábil que lhe possibilite a aplicação, esta inevitável face ao art. 98 do C.T.N.

Como não há limitação constitucional para a tributação da operação descrita pelo BID, nem lei complementar da União concedendo isenção do pagamento do imposto estadual, considerando, por outro lado, a norma geral contida no art. 98 do C.T.N., bem como os próprios preceitos programáticos do Convênio, a única via para se materializar o compromisso assumido pelo Brasil, seria a da lei ordinária do poder competente — o Estado do Paraná. No caso, portanto, só é defeso isentar aquele que tem o poder de tributar e o motivo da isenção é o Convênio e o art. 98 do C.T.N. A via é, vale repetir, a da Lei, em cuidado ao princípio da reserva legal do art. 97, VI do C.T.N. (exclusão do crédito tributário).

Pelo próprio texto do Convênio, a isenção de quaisquer impostos e taxas não é auto — executável. E se o instrumento fosse taxativo, também não seria auto-aplicável em termos estaduais. A isenção convencional deveria, nesta hipótese, ser manifestada no ato legislativo declaratório próprio.

Há entender-se auto-exequível a isenção convencional e, por despacho administrativo, reconhecer-se o benefício fiscal, estar-se-ia enveredando em terreno obscuro e duvidoso, porquanto sendo a isenção convencionalizada geral, poderia, certamente o BID exercitar outras atividades não vinculadas às suas operações ativas, concorrendo, assim, com o setor privado, com a vantagem da desoneração tributária, o que, sobremodo, não se justificaria sob qualquer prisma.

Há isto sim, de se verificar, na concessão da isenção convencional, se o ato ou fato econômico suscetível de tributação é inerente às finalidades para as quais o BID foi criado e em relação aos quais se convencionou favor tributário. Essa dispensa, sob nome de isenção, por força do Convênio, deve, não é vez o reprimir —, emanar da lei própria, na forma do art. 179 do C.T.N., ocasião em que se verificarão aquelas restrições, decorrentes da própria essência do convênio.

Finalizando dizemos, que se o ato econômico no qual o BID irá participar (operações translativa de propriedade imobiliária, na qualidade de adquirente) tiver vinculação com suas operações ativas, seria caso de se compossibilitar a aplicação da isenção convencional mediante lei estadual, declaratória e implementadora da disposição programática do aludido Convênio, exequível como decorrência da norma geral do art. 98 do Código Tributário Nacional.

É o parecer.

Procuradoria Geral da Fazenda, em 21 de maio de 1973.

(a) Acir Guimarães — Advogado

ENCAMINHE-SE

P.G.F., em 21.5.73.

(a) Glacy Tramuja da Silva — Chefe da Consultoria Jurídica

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 107-73

SÚMULA: — Declara isenção do Imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

FAZER

A Mensagem 49-73, do Governo do Estado, transformada neste Projeto em exame, visando isentar do imposto sobre transmissão, a qualquer título, de bens imóveis, por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A medida é perfeitamente legal e constitucional e as ponderações contidas na Mensagem do Governo, nos convenceram de sua oportunidade. Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13-6-73.

(aa) Antônio F. F. da Costa Filho — Presidente
Quielise Crisóstomo da Silva — Relator
Ivo Thomazoni
Antônio Lopes Júnior
Sebastião Rodrigues
Wilson Fortes

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 107-73

AUTOR: — Poder Executivo

SÚMULA: — Mensagem n.º 49-73, encaminhando anteprojeto de lei que isenta do imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

FAZER

A presente Mensagem Governamental, devidamente articulada e merecendo o parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, nos convence de sua oportunidade e quanto a parte financeira que nos cabe analisar, não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente
Francisco Escorsin — Relator
Gilberto Carvalho
Alvaro Dias
João Fadel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110-73, de autoria do Dep. Antônio F.F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Morretes, 3 (três) tratores e 3 (três) grades hidráulicas de 3 pontos, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 110-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Morretes, 1 trator marca Caterpillar D-4-40-A número 1649; 1 trator marca John Deere 730 S número 7325902;

1 trator marca John Deere 730 S número 7325914 e 3 grades hidráulicas de três pontos, todas pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973

Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar guarida a intenção da Secretaria da Agricultura, no sentido de auxiliar os agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais, doando tratores e equipamentos em desuso a fim de serem recuperados pelas mesmas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 110-73

SÚMULA: — Autoriza o P.E. a doar ao Município de Morretes 3 (três) tratores e 3 (três) grades hidráulicas de 3 pontos.

I) — Conforme consta na justificativa do Projeto, o equipamento em pauta encontra-se em desuso. Assim sendo, nada mais justo do que proceder-se a doação do mesmo à Prefeitura Municipal de Morretes, carente de tratores desta espécie, os quais, após serem recuperados, prestarão inestimáveis serviços à agricultura daquela comuna paranaense.

II) — Tratando-se de matéria meramente autorizatória, nenhum impedimento de ordem legal ou constitucional existe, que possa se antepor ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 13-6-73

(a) Antonio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Quielise Crisóstomo da Silva — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 110-73

1 — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Morretes, 1 trator marca Caterpillar D-4/40-A, número 1649; 1 trator marca John Deere 730-S, número 7325902; 1 trator marca John Deere 730-S, número 7325914 e 3 grades hidráulicas de três pontos, pertencentes à Secretaria da Agricultura.

2 — Referida matéria já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro, que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 2 de agosto de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente
Alvaro Dias — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 50-73, que encaminha anteprojeto de lei que objetiva acrescentar dispositivos ao artigo 3.º da Lei n.º 6.210 de 2-8-71. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado. MENSAGEM

50/73

Curitiba, 24 de maio de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar dispositivos ao art. 3.º, da lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, a qual autoriza o Poder Executivo contrair empréstimos ou obter financiamentos externos.

As inclusas cópias autênticas do Ofício n.º 253-73, de 16-5-73, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e da Justificativa dele integrante, dizem, como o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Acrescenta dispositivos ao Artigo 3.º da Lei n.º 6.210 de 2 de agosto de 1971.

Art. 1.º — Ao art. 3.º da Lei n.º 6.210 de 2 de agosto de 1971 ficam acrescentados os seguintes parágrafos:

Art. 3.º...

Parágrafo Primeiro — Para o disposto no caput deste artigo e até o limite estabelecido no artigo 1.º da presente Lei fica o Poder Executivo, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, autorizado a:

I — dar garantias, prestar fianças ou aval, e conceder contra-garantia de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por outra entidade, pública ou privada, ao Poder Executivo;

II — dar em garantia e/ou vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal;

III — dar em garantia e/ou caucionar ações de capital de sua propriedade bem como, conceder poderes ao detentor da garantia ou caução, para alienar as respectivas ações, até o valor necessário ao ressarcimento do débito, em caso de não pagamento parcial ou total da dívida, por parte do Estado.

Parágrafo Segundo — A garantia ou caução de ações de Sociedades de Economia Mista Estadual, na qual o Governo do Estado é acionista majoritário, somente poderá ser efetivada com as ações que excederem a 51% do

capital subscrito e integralizado de cada Sociedade de Economia Mista.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Of. N.º 253/73

Curitiba, 16 de maio de 1973.

Senhor Governador:

Formulamos o presente para submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência uma minuta de Anteprojeto de Lei, acompanhada de justificativa, que acrescenta dispositivos ao Art. 3.º da Lei n.º 6.210 de 2 de agosto de 1971, a qual autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00.

Na oportunidade manifestamos a Vossa Excelência a renovação do nosso elevado apreço.

Maurício Schulman — Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor
Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Digníssimo Governador do Estado do Paraná
N.º/CAPITAL

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

A finalidade do presente anteprojeto de lei é acrescentar dispositivos à Lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, a qual autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros) bem como a conceder o aval do Tesouro do Estado em Notas Promissórias emitidas.

A Lei n.º 6.210-71 autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos, porém não prevê a possibilidade do Poder Executivo oferecer contra-garantias, e nem de oferecer garantia mediante vinculação de recursos advindos de Fundos Federais ou mesmo de garantia mediante o caucionamento de ações de capital de sua propriedade, o que viria propiciar uma maior flexibilidade na obtenção de recursos externos necessários aos investimentos requeridos pelo Estado do Paraná.

Deve-se ressaltar ainda que a preferência dos órgãos financeiros, é pela garantia representada por meios de pagamento com vinculação de recursos provenientes de cotas de Fundos, como o Fundo Rodoviário Nacional e o Fundo de Participação dos Estados, como o Fundo Rodoviário Nacional e o Fundo do Estado, que possam ser alienadas.

Além disso, quando o Estado concede garantias de meios de pagamento os organismos financiadores de recursos externos podem oferecer melhores condições, inclusive reduzindo as taxas de encargos financeiros incidentes sobre o valor do empréstimo.

Desta forma, os dispositivos a serem acrescentados à Lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, estariam sobremodo complementando-a, oferecendo também ao Poder Executivo Estadual maiores possibilidades de opção na procura de organismos financiadores dispostos a conceder empréstimos ao Estado do Paraná a custos mais acessíveis.

LEI N.º 6.210

Data: 2 de agosto de 1971

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamento externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º —

Art. 2.º —

Art. 3.º — Para obtenção de empréstimos ou financiamento a que se refere a presente Lei, fica o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S.A., e ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., autorizados a emitir Notas Promissórias até o valor previsto no artigo 1.º, negociáveis, transferíveis e com o aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A., ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., respeitadas quanto a estas as limitações legalmente impostas referentes ao capital, juros e taxas adicionais, em favor de financiadores estrangeiros.

Art. 4.º —

Art. 5.º —

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 2 de agosto de 1971

aa) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Linco Emilio Klüppel

Secretário da Fazenda

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 113-73

O Poder Executivo encaminha a este Poder a mensagem de n.º 50-73, que objetiva a inclusão, no texto da Lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, de disposições complementares, necessárias à operacionalidade da citada lei.

Resulta a mensagem referida, das folhas observadas na Lei n.º 6.210, que lamentavelmente não estabeleceu requisitos essenciais à sua finalidade.

É evidente que a autorização para o Estado contrair empréstimo, sem as cautelas e formalidades decorrentes da natureza da operação, significa autorizar a metade apenas dos atos. As garantias — de fiança ou aval ou o compromisso de outros bens —, devem necessariamente integrar a norma autorizatória.

Desde que o principal — que é a permissão para contrair o empréstimo — foi por esta Casa aprovado, a simples complementação não oferece nenhuma questão a ser examinada.

Por ser assim, opino pela aprovação.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N.º 13-73

SÚMULA: Mensagem de n.º 50-73 do Poder Executivo, que objetiva a inclusão, no texto da Lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, de disposições complementares, necessária à operacionalidade da citada Lei.

PARECER

Oriunda da Mensagem Governamental n.º 50-73, a presente Proposição objetiva acrescentar dispositivos ao art. 3.º, da Lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, a qual autoriza o Poder Executivo contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), bem como conceder o aval do Tesouro do Estado em Notas Promissórias emitidas.

Os dispositivos a serem acrescentados à Lei 6.210, de 2 de agosto de 1971, pelo presente Projeto de Lei, estariam apenas complementando-a, prevendo a possibilidade do Poder Executivo oferecer contra-garantias dos empréstimos contraiados, propiciando uma flexibilidade maior na obtenção dos recursos externos.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, na sua devida oportunidade, manifestou-se pela aprovação da matéria.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não existe qualquer impedimento que se lhe anteponha, tratando-se de simples complementação de uma Lei em vigor, com o objetivo de estabelecer requisitos essenciais à sua finalidade.

Faço às considerações expendidas, opino pelo **ACOLHIMENTO** da Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Assinatura ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinatura ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja determinado a elaboração de estudos, visando o asfaltamento das estradas que ligam os Distritos de Londrina à Rodovia Celso Garcia Cid, recém inaugurada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, as expressões de contentamento e júbilo desta Casa, pelo reconhecimento oficial daquele Ministério, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Mandaguari, consubstanciado em contentamento e júbilo desta Casa, pelo reconhecimento oficial do Ministério da Educação e Cultura, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do referido Município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, apelo no sentido de que seja providenciado com urgência, a reforma geral do prédio onde funciona o Grupo Escolar no Distrito de Dorrizon — Município de Mallet. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Conselho de Ensino e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, através do Magnífico Reitor, no sentido de que seja reestudada e reformulada a Resolução daquele Conselho, para que continue com disciplinas optativas aos exames vestibulares, as línguas estrangeiras alemã, espanhol e italiano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente Nacional da Arena, encarecendo urgência para os trabalhos que estão sendo elaborados pela Arena, visando emenda à Carta Magna, com objetivo de estabelecer subsídios aos Vereadores nos Municípios com menos de 200 mil eleitores, solicita ainda, que seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, reiterando apelo no mesmo sentido. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da 6.ª Região Operacional do Banco do Brasil S.A., no sentido de que seja estudado a majoração das bases de financiamentos da semente de soja, atualmente fixada em Cr\$ 90,00, a fim de fazer face ao preço praticamente "Oficial" adotado pelos principais fornecedores de sementes "certificadas". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações, referente a arrecadação anual da Loteria do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expediente consubstanciados em Voto de Regozijo aos Srs. Aberbal Fortes de Sá Júnior, Paulo Vitola e Sale Wolokita, respectivamente autores do texto, música e direção da peça "Cidade Sem Portas"; bem como, aos integrantes do elenco e componentes do Conjunto Opus 4, solicitando ainda, seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar estudos, mediante entendimentos com os componentes da peça, promover sua apresentação nos principais estabelecimentos oficiais de ensino do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para a tramitação e votação da Mensagem Governamental que concede aumento de vencimentos aos funcionários públicos estadual. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 154-71, 217-73 e 109-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 50-73, 107-73, 110-73 e 112-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 108-72, 35-73, 101-73 e dos Projetos de Resolução n.ºs 17-73 e 18-73.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
ATA DA 4a. REUNIÃO ORDINÁRIA
3a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Aryzone M. de Araújo, Domicio Scaramella, Ovidio Franzoni, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 211-72, oriundo de Mensagem do Po-

der Executivo n.º 71-72 — Aprova Convênio celebrado entre o Ministério de Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos. Relator: Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza C. Camargo, Secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

(Assinatura Ilegível)
Presidente
Elza C. Camargo
Secretária